

Brindeiro abandonou a defesa dos direitos humanos, acusa oposição

Geraldo Magela / Arquivo

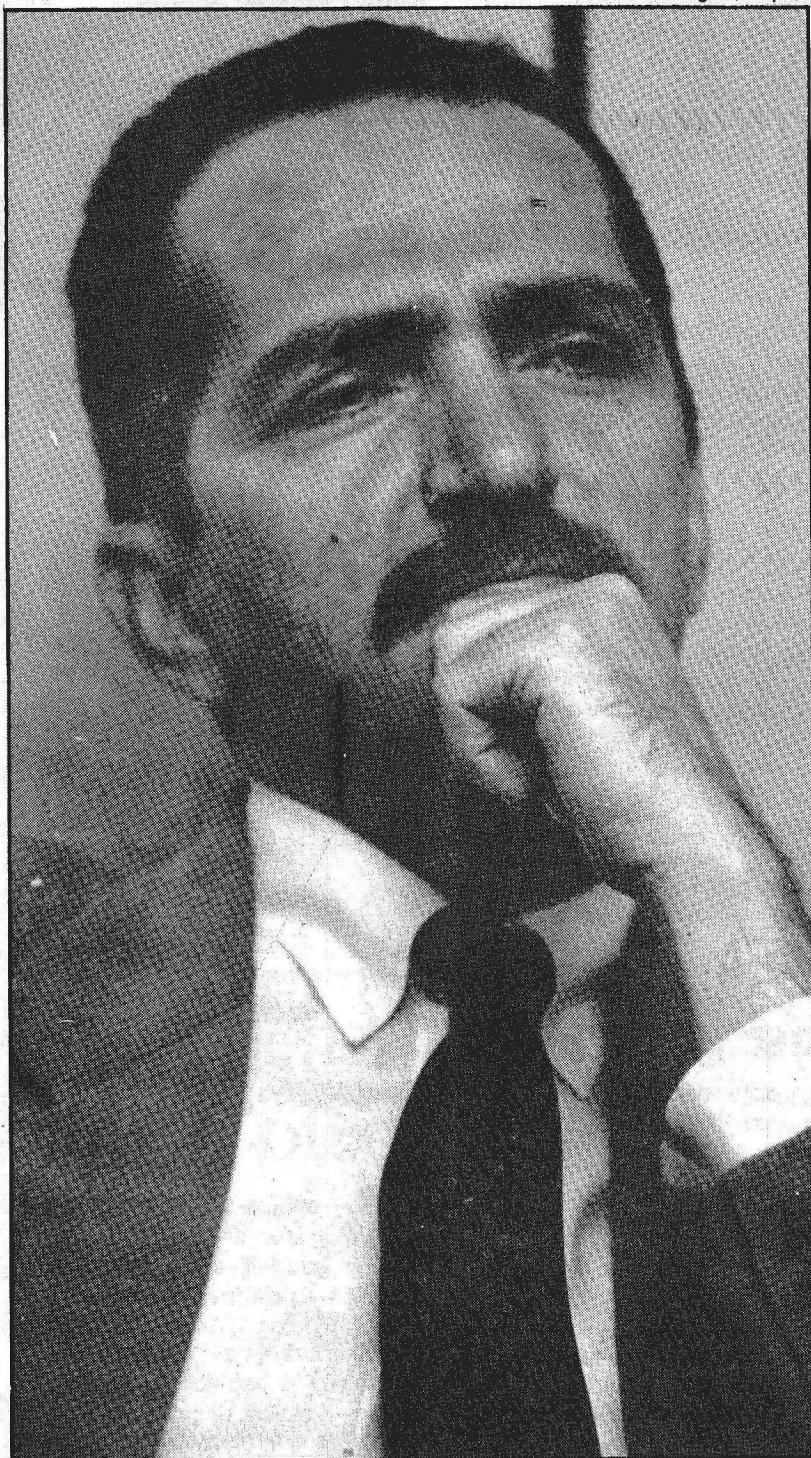
MEMÉLIA MOREIRA

Seis meses depois de ter assumido o cargo de procurador-geral da República, para um mandato de dois anos, Geraldo Brindeiro cumpriu a promessa feita publicamente logo na sua primeira semana de trabalho: adotou medidas para o esvaziamento da área responsável pela defesa dos direitos humanos. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) é, de acordo com Brindeiro, "muito politizada". A medida tem provocado críticas dos partidos de oposição e de entidades não-governamentais e pode provocar a renúncia do subprocurador-geral Álvaro Costa, titular da PFDC.

O progressivo esvaziamento já foi detectado pelas organizações não-governamentais. Entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho de Direitos Humanos, a Comissão de Justiça e Paz e sindicatos já não conseguem espaço na agenda do procurador-geral da República. O mesmo acontece com parlamentares de oposição. Dificilmente, eles são atendidos em seus pedidos de audiência.

Queixas — O primeiro a se queixar foi o Cimi. Os dirigentes da entidade esperavam uma manifestação de Geraldo Brindeiro a respeito da revogação do Decreto nº 22/90, que estabelecia as normas de demarcação das áreas indígenas, mas o advogado da organização, Paulo Machado Guimarães já não acredita em qualquer providência do procurador-geral. Esta omissão, diz o advogado, "é uma característica do novo procurador". No Cimi, os missionários entendem que Brindeiro está de acordo com a revogação do decreto porque ele foi elaborado por dois de seus amigos: o ministro da Justiça Nelson Jobim, e seu assessor informal (e procurador da República) Gilmar Ferreira Mendes.

Além do Cimi, parlamentares do Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista do Brasil reclamam porque sequer são recebidos por Brindeiro. Os pedidos de audiência, sempre em situações de



Aldo Rebelo teme que Brindeiro prejudique os partidos de esquerda

emergência (caso do Banco Econômico, Sivam, demissões voluntárias do Banco do Brasil) não são marcados ou então, informou o deputado Aldo Rebelo, líder do PC do B "marcados para daqui a um mês". Rebelo está preocupado com esta tendência de Brindeiro em não se comunicar com a oposição porque ele também é o procurador-geral eleitoral e as eleições municipais

deste ano "vão traçar o mapa da próxima eleição presidencial".

Os parlamentares que se preocupam com o comportamento de Brindeiro começam a se articular para saber que medidas podem ser adotadas para que seus candidatos não sejam prejudicados com os pareceres do procurador-geral eleitoral.

Processo de amigo vai para o arquivo

Segundo acusam parlamentares opositoristas, Brindeiro vem usando de "dois pesos e duas medidas" quando se trata de avaliar questões que digam respeito à sociedade como um todo, de um lado e, de outro, quando está em jogo qualquer interesse do PFL, partido que tem em seu primo (o vice-presidente da República Marco Maciel) um dos expoentes. Foi assim, por exemplo, no envolvimento do ex-governador pernambucano Joaquim Francisco (antigo conpanheiro de infância de Brindeiro) que viu "encostado" em setembro último um processo em que aparece como virtual réu, indiciado que foi em inquérito sobre "contas bancárias fantasmas", semelhante às do esquema PC-Collor.

Colega de escola de Joaquim Francisco, Geraldo Brindeiro dirigiu-se ao subprocurador-geral responsável pelo caso, Paulo Sollberger, dizendo-lhe que queria tomar conhecimento prévio de qualquer denúncia que viesse a ser feita junto ao Superior Tribunal de Justiça, contra o ex-governador. Indignado com a intromissão no seu trabalho, Sollberger devolveu o processo a Brindeiro e pediu aposentadoria.

O caso do ex-governador Joaquim Francisco não é o único que está engavetado no gabinete do procurador-geral da República. Um mês antes, em agosto, Brindeiro foi provocado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a encaminhar pedido de informações ao senador Antônio Carlos Magalhães sobre o vazamento da intervenção no Banco Econômico. Até hoje, Brindeiro não interpelou ACM e, depois disso, o Banco Econômico já foi até vendido, numa transação que está sendo investigada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Não são apenas os pedidos de informações que vêm sendo engavetados. O procurador-geral vem sendo o "campeão dos pedidos de arquivamento" de processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal, assegura um ministro do STF. (M.M)